



FLÁVIO DUTRA/JU

Mães presas

Direitos Humanos A recente decisão do STF de conceder habeas corpus coletivo para mães de crianças de até 12 anos de idade e gestantes reacende o debate do encarceramento no Brasil. O argumento do Supremo é a

proteção à criança, mas há quem defenda que manter em casa gestantes ou mães é um incentivo à criminalidade. O tema ganha aprofundamento quando detentas, pesquisadores e autoridades são ouvidos quanto à

decisão do tribunal. O número de encarceradas mais do que dobrou no Brasil em uma década. Em 2004, havia 18.790 presas contra 42 mil em junho de 2016. **CadernoJU**

FLÁVIO DUTRA/JU



Acolhimento

Universidade recebe refugiados

Processo seletivo inédito abre as portas da UFRGS para refugiados que buscam graduar-se no Brasil. De um total de 30 inscritos, o haitiano Horson Beaucicot (foto) é um dos seis aprovados. Para confirmar o ingresso, eles devem antes ser aprovados no exame de proficiência em língua portuguesa. **P5**

Águas

Aprimorar a gestão

Em artigo, o professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas André Luiz Lopes da Silveira aponta a necessidade de se rediscutir a gestão das águas no Brasil. Uma análise dos 20 anos da Lei 9.433/97 mostra que a escassez de recursos dos entes estaduais promove distorções que dificultam a gestão dos recursos hídricos no território nacional. Segundo ele, os aprendizados das crises hídricas recentes vividas no país são oportunidades para mudanças. **P4**

Direito Penal

Por mais humanidade

Para o jurista argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, o que temos na América Latina é um direito penal do inimigo, que possui características bastante inumanas. Contudo, afirma que a única saída para chegarmos a uma prática mais humanizada é por meio da luta: “Não há outro caminho”. Parte de sua explicação para essa realidade é a imposição de uma sociedade em que 70% são excluídos. “Para conter estes, usa-se a mídia. Quando esta não é suficiente, usa-se o poder punitivo.” **P8**

Os Jogos Mundiais Universitários de 1963 movimentaram Porto Alegre



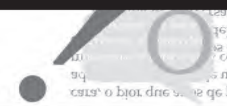
ACERNO GEME/ESFID

Marielle

Escritora da favela da Maré reflete sobre a dolorosa perda da vereadora **P12**

Inovação

UFRGS, PUCRS e Unisinos assinam protocolo para modernizar Porto Alegre **P3**



Espaço da Reitoria

Luís Lamb
Pró-reitor de Pesquisa

Uma aliança inovadora

Historicamente, as grandes evoluções sociais, econômicas, científicas e tecnológicas ocorreram em países e regiões favoráveis à disseminação de ideias, à experimentação e à inovação. Essas regiões foram capazes de construir ambientes promissores ao desenvolvimento, fortemente alicerçados no conhecimento transformador e agregados às atividades econômicas. Em todos os países que atingiram alto desenvolvimento humano, houve participação direta das universidades como espaços reconhecidos de pesquisa e inovação.

A Universidade é uma instituição milenar. Poucas instituições humanas, políticas e sociais atravessaram períodos seculares de significativas mudanças geopolíticas. No século XVI, a Universidade de Leiden foi construída, de acordo com relatos históricos, como opção da população holandesa, que preferiu a construção de uma universidade em detrimento de algum período livre de impostos. As universidades têm como missões precípua a formação de pessoas e o avanço do conhecimento. Essas missões são expressas no mundo acadêmico por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Mais recentemente, essas instituições agregaram a esse tripé as ações vinculadas à inovação, com crescente relação, parcerias e

interação com atores sociais. Porto Alegre é uma referência nacional, reconhecida por sua produção científica e tecnológica. Possui universidades que, em conjunto, respondem por quase 10% da produção acadêmica mais referenciada do Brasil. Tanto Porto Alegre quanto nosso Estado e nosso país enfrentam cenários desafiadores. A recente aliança pela inovação, constituída em abril pela UFRGS, PUCRS e Unisinos, é uma ação coletiva com potencial impacto de transformar a realidade de Porto Alegre e inspirar ações análogas em todo Brasil. A aliança propiciará maior integração entre as instituições, a ser efetivada por meio de projetos, parcerias e colaborações em todas as áreas do conhecimento, em prol da nossa comunidade.

No atual momento histórico, vivenciamos a evolução exponencial da ciência e da tecnologia e presenciamos seus impactos sobre a vida humana de forma significativa, alterando-se diretamente as nossas relações sociais, bem como se lançando incertezas sobre o futuro do trabalho. Em poucas décadas, os jovens de hoje trabalharão em profissões majoritariamente urbanas, fortemente baseadas na ciência e na tecnologia, e que ainda não existem. Em 2050, estima-se que as cidades concentrarão dois terços da população mundial. Temos, portanto,

somente trinta anos para apresentar soluções que contemplem as necessidades dessa população e, ao mesmo tempo, correspondam aos objetivos de sustentabilidade do planeta. Ademais, grande parte desses aglomerados urbanos ensinará maior articulação entre pessoas que detêm o conhecimento.

As responsabilidades para vencer tais demandas serão maiores para essas pessoas, por serem capazes de propor mecanismos de pactuação e implementação de soluções sustentáveis, alicerçadas no conhecimento científico. Essas responsabilidades recaem, na nossa cidade e no nosso país, sobre as universidades, sendo que sua credibilidade institucional, bem como a concentração de saberes e diversidade de ideias, potencializam as soluções possíveis, oferecendo perspectivas de um cenário inovador, propiciado pelas referências acadêmicas. A academia é o berço da 'inovação disruptiva'. Assim, a construção de redes de conhecimento, lideradas pelas universidades, é uma necessidade que se impõe em uma sociedade que enfrenta desafios complexos.

Acreditamos que, para vencê-los, a universidade será a instituição capaz de construir consensos e soluções inovadoras, demandados por este momento histórico e que exigem a constituição de redes de saberes, bem como múltiplas parcerias.



O Silêncio, o Tempo e a Voz

Mulheres Artistas nos acervos da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo e Museu da UFRGS

Realização: UFRGS, DDC, Instituto de Artes, UFRGS

Apoio: UFRGS, Museu de Arte e UFRGS

Visitação até 05 de maio

Saguão da Reitoria da UFRGS, Av. Paulo Gama 110 – térreo

Carta aos leitores

“Tenta-se fazer aumentarem as contradições entre os excluídos para que se matem entre eles”, ensina-nos o jurista argentino Eugenio Raúl Zaffaroni. Em entrevista exclusiva concedida ao JU durante sua passagem pela Faculdade de Direito, ele avalia que o direito penal atual estaria mais apropriado às épocas de guerra e aponta o viés inumano que a questão da punição tem assumido.

O ano de 2018 já entra para a história nacional como o momento em que parte significativa da população está “contra” os direitos humanos e um pré-candidato à presidência da República arregimenta seguidores associando esses princípios à defesa da criminalidade. Sintoma disso é a necessidade de o jornal *Extra* – um diário carioca de tom popular – esclarecer o tema: “Direitos humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos. Ou seja, o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião, ao trabalho, à educação, à crença religiosa e muitos outros”. O óbvio parece ter perdido força.

A Universidade tem pautado esse mesmo tema em diversas frentes, e o JU se insere nesse movimento ao propor a discussão sobre encarceramento e maternidade. Como ficam as vidas das mães e de seus filhos en-

quanto aquelas estão cumprindo penas de reclusão? E como devem ser os termos, as condições e as limitações desses processos, visando ao bem-estar principalmente das crianças?

“Marielle presente” tem sido repetida como *hashtag*, lema e grito de ordem desde o assassinato da vereadora carioca: ativista nascida na Favela da Maré, representava um movimento de renovação da política e uma tentativa de expressão de parte da cidade do Rio de Janeiro – hoje sob uma controversa intervenção militar. Diante disso, qual o papel do jornalismo? O JU o faz por meio da arte: a contracapa da edição traz um conjunto de fotos e um texto que vêm de autores habituados àquele espaço e que fazem coro com os anseios da mulher cuja carreira foi brutalmente interrompida. A ideia, portanto, não morre com a idealizadora. Está presente.

Dentro desse espírito de reversão de uma realidade dada como natural, uma estudante de Pedagogia da UFRGS organizou um projeto nas redes sociais a fim de arrecadar dinheiro e levar crianças e adolescentes negros para assistirem à primeira produção cinematográfica estadunidense que traz um super-herói negro e de inspiração africana.

A equipe do JU acompanhou o resultado: os olhos brilhantes dos 200 jovens sentindo-se representados na tela do cinema.

Os refugiados que chegam ao Brasil e podem ver na Universidade uma possibilidade de realizarem estudos de nível superior constituem uma questão que dialoga com um tema contemporâneo. Da mesma forma, no debate sobre políticas nacionais referentes à gestão da água, emerge o quanto o Brasil tem uma legislação avançada, mas com muitas lacunas.

A recuperação da memória está entre as missões do jornalismo; trazemos, por isso, a história da Universidade: jogos que reuniram delegações de atletas de 32 países em Porto Alegre em 1963. Além disso, o perfil da professora aposentada da Esefid e jogadora de voleibol Diná Santiago recupera essa história sob uma ótica mais pessoal. Há, ainda, três boas notícias para a Universidade: o pacto com a Unisinos e a PUCRS para promover inovação em Porto Alegre; a reabertura da Sala Redenção–cinema universitário, agora renovada; e o prêmio Açorianos de melhor álbum do ano recebido pelo professor Leonardo Winter, do curso de Música.

Uma boa e intensa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor chefe Everton Cardoso
Editora executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor assistente Felipe Ewald
Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Felipe Drenkmann Hackner
Repórter fotográfico Flávio Dutra
Revisão Antônio Palm Falchetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Camila Souza, Paula Barcellos, Ricardo Santos e Vanessa Petuco
Estagiários Natássia Ferreira e Samara Onofre
Circulação Cristiane Lipp Heidrich
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.





Universidades pela inovação de Porto Alegre

Os reitores da UFRGS, da PUCRS e da Unisinos assinaram, no mês de abril, protocolo para a formação da *Aliança para Inovação de Porto Alegre*. O objetivo do projeto, que envolve também o poder público e a sociedade, por meio de organizações públicas e privadas, é desenvolver ações com potencial para transformar a cidade em uma referência na área de inovação.

“As responsabilidades são coletivas e de todos os participantes”, enfatiza o pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, professor Luís Lamb. Segundo ele, “as universidades detêm conhecimento qualificado, mas, para que este seja transformador e disruptivo, é necessário que todos os parceiros trabalhem alinhados para vencer a complexidade dos desafios sociais e econômicos que enfrentamos neste momento, com uma visão de futuro que associe à cidade de Porto Alegre a imagem de polo de conhecimento, inovação e valorização das pessoas”, observa.

A vice-diretora da Escola de Engenharia da UFRGS e diretora da Incubadora Tecnológica Hestia, Carla Schwengber ten Caten, concorda com Luís Lamb quanto à importância das universidades na inovação das metrópoles: “No século XXI, o crescimento está baseado na economia do conhecimento; neste contexto, as universidades têm um papel relevante, não só na formação de talentos para o ecossistema, mas também na transferência do conhecimento”. Por outro lado, Carla reconhece que essas instituições não conseguem transmitir



Os reitores da Unisinos, UFRGS e PUCRS assinam o protocolo em solenidade na Sala dos Conselhos

esses resultados de pesquisa na mesma proporção em que os gera. Com relação à UFRGS, afirma: “Existe um potencial gigantesco para a geração de modelos de negócio a partir da combinação entre diferentes conhecimentos e compartilhamentos de dados em tempo real e recursos da prefeitura e de instituições parceiras. Com isso, podemos propor soluções criativas e inovadoras para problemas antigos da cidade, como mobilidade urbana, estacionamento, saúde, cuidados com idoso, segurança, reciclagem e aproveitamento de resíduos”.

Essa proposição, na realidade, já vem acontecendo, comenta a

professora. “O ZENIT- Parque Científico e Tecnológico da UFRGS, por exemplo, organizou um painel para discutir políticas públicas com representantes da prefeitura, do SEBRAE e do sindicato das empresas de TI (Tecnologia de Informação). Um de nossos doutorandos apresentou os pontos fortes e fracos do ecossistema de Porto Alegre, comparando com o Porto Digital de Recife. Segundo ele, as nossas fortalezas são justamente a formação de talentos, a mão de obra qualificada e as instituições de suporte, como os parques tecnológicos e incubadoras. Já há uma microcultura de

empreendedorismo entre as pessoas desse meio que precisa ser estendida para a cidade”, ilustra.

Confiante na iniciativa, Luís Lamb comenta: “A Aliança para a Inovação é um marco muito importante para a cidade e para o país. As três universidades concentram produção científica, cultural e social que fazem de Porto Alegre uma referência nacional e internacional em múltiplas áreas do conhecimento. No entanto, é necessário transformar este grande patrimônio intelectual em inovações que contribuam para a melhoria das condições sociais e da qualidade de vida de toda a população”.

GUSTAVO DIEHL/SECOM



CONHECENDO A UFRGS

Novidades no combate à hipertensão

Conhecida popularmente como “pressão alta”, a hipertensão é causada pelo aumento da pressão arterial, o que afeta o sistema cardiovascular de maneira crônica. No Brasil, a enfermidade acomete um em cada quatro brasileiros e é responsável por 40% dos infartos, 80% dos derrames e 25% dos casos de doença renal terminal, segundo a Sociedade Brasileira de Hipertensão. Em pesquisa batizada Projeto Prever, os professores Sandra e Flávio Fuchs, da Faculdade de Medicina, demonstraram novas maneiras de reduzir o risco de desenvolvimento da doença e também de tratá-la de forma mais barata e eficiente.

Para Sandra, os resultados do estudo recomendam a redução do índice usado para se diagnosticar alguém como hipertenso de 14 por 9 para 13 por 8, além de indicar que cuidar da pressão no estágio de pré-hipertensão reduz drasticamente a probabilidade de que a doença se desenvolva. Já a prevenção passa por mudanças de hábitos: ingerir menos sal, praticar esportes e alimentar-se de maneira mais saudável e balanceada, com preferência para alimentos naturais, reduzindo o consumo de ultraprocessados. A pesquisa também revelou a eficiência de dois diuréticos: a cloritalidona e a amilorida. Os medicamentos, quando combinados, apresentaram melhor eficácia que a losartana, o fármaco atualmente oferecido pelo Sistema Único de Saúde.

Dividido em Projeto Prever I (Prevenção) e Projeto Prever II (Tratamento), o estudo rendeu à professora Sandra Fuchs o Prêmio Cientista do Ano, realizado pelo Instituto Nanocell, na área de doenças emergentes. No início do ano passado, a pesquisadora foi a Brasília a convite do Ministério da Saúde para revelar a especialistas maiores detalhes sobre o estudo.

Pedro Nakamura, estudante do 3.º semestre de *Jornalismo da UFRGS*

Assista ao programa
O programa *Pesquisa em Pauta* sobre o Projeto Prever vai ao ar no dia 19 de abril, às 23h, na UNITV, Canal 15 da NET PoA. A programação também pode ser acompanhada ao vivo através do link www.univtv.br

CINEMA



A Sala Redenção está de volta

Reaberta no final de março, a Sala Redenção – Cinema Universitário está de cara nova. A fachada recebeu a imagem emblemática de *A viagem à lua*, de Georges Méliès, lançado em 1902. Para o hall de entrada do espaço, o Departamento de Difusão Cultural, por meio do projeto

Arte Afora – e em parceria com o Estúdio P Atelier Aberto de Pintura –, encomendou o trabalho *Arte da Memória*, um conjunto de 78 pinturas sobre tela apresentando frames de uma série de filmes que contam a história do cinema mundial.

Neste mês, a programação da

sala tem como destaque a mostra *Ingmar Bergman: até a eternidade*, em homenagem aos 100 anos do realizador sueco. Todas as sessões têm entrada gratuita.

Inaugurada em abril de 1987 no prédio da antiga Biblioteca Central, a sala se propõe a ser um espaço alternativo de cinema.

PREMIAÇÃO

Açorianos de Música

O álbum *Música Para Flauta de Compositores Gaúchos*, de Leonardo Winter, professor do Departamento de Música do Instituto de Artes (IA) da UFRGS, foi o grande vencedor do prêmio Açorianos de Música deste ano, sendo escolhido nas categorias Melhor Disco do Ano e Melhor Disco Erudito. O docente também recebeu o destaque de Melhor Intérprete em Música Erudita.

Lançado em 2017, o álbum reúne obras de músicos gaúchos arranjadas para flauta transversal em diversas formações (flauta, flauta e violão, flauta e piano, sopros, sopros e orquestra) e estilos que contemplam nossa diversidade musical. Os compositores cujas obras integram o CD atuam ou atuaram como professores no Instituto de Artes, estando entre os pioneiros Armando Albuquerque, Bruno Kiefer e Hubertus Hoffmann, e, entre os contemporâneos, Daniel Wolff, Fernando Mattos e Dimitri Cervo. Este, inclusive, também recebeu o Açorianos na categoria Compositor Erudito por sua participação no CD, assim como a professora Catarina Domenici, premiada na categoria Instrumentista Erudito.



Avanços e gargalos na gestão da água

André Luiz Lopes da Silveira *

Desde 1993, a cada 22 de março, estabelecido pela Organização das Nações Unidas como o Dia Mundial da Água, o mundo se mobiliza com a finalidade de refletir sobre a água. Na verdade, esse dia foi proposto na Agenda 21 da Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992).

Em março deste ano, pela primeira vez no hemisfério sul, ocorreu em Brasília o 8.º Fórum Mundial da Água – o maior evento sobre recursos hídricos mundiais. Realizado desde 1997 com periodicidade trienal, o Fórum é coordenado pelo Conselho Mundial da Água (CMA), organização sem fins lucrativos que oferece uma plataforma internacional de agentes cuja missão é promover ações relacionadas a problemas hídricos críticos em todos os níveis, incluindo as mais altas esferas de decisão, visando engajar as pessoas para o debate.

Esse quadro serve para evidenciar um contexto de preocupação mundial com a água, e o fato relevante para o Brasil é que o presidente do CMA, desde 2016, é o professor Benedito Braga, da Universidade de São Paulo. Ele comanda 35 membros divididos em cinco colégios, agrupando instituições intergovernamentais, governos e seus órgãos, empresas e suas entidades, a sociedade civil e

instituições acadêmicas e profissionais. Na atual gestão do CMA, o Brasil tem quatro conselheiros.

Grandes eventos internacionais, como o 8.º Fórum Mundial da Água, são bons para o Brasil quando ocorrem em seu território. Na área ambiental, a Rio 92 foi marcante e acabou inspirando mudanças na gestão ambiental e, setorialmente, na gestão dos recursos hídricos, tornando os anos 1990 profícuos em legislações nacionais e estaduais. A Lei das Águas brasileira, considerada uma das mais modernas do mundo até hoje, é de 1997 (Lei Federal 9.433). A própria Agência Nacional de Águas (ANA), que é organizadora local do Fórum, foi criada no ano 2000.

A realização do evento de magnitude internacional no Brasil ensinou a possibilidade de rediscutir a gestão das águas no país, uma vez que uma análise dos 20 anos da Lei 9.433 (1997-2017) – ainda que tenha apontado uma enorme evolução no conhecimento e na organização nacionais – mostrou que a realidade dos entes estaduais, com falta de pessoal e recursos financeiros limitados, promoveu distorções que dificultaram a gestão dos recursos hídricos no território nacional. Ainda temos muitos conflitos no uso da água, muita poluição e uso ineficiente dos instrumentos legais de gestão.

A legislação brasileira considera sepa-

radamente os rios nacionais (aqueles que dividem ou passam por dois estados ou que fazem divisa internacional) e os rios estaduais (cujas bacias hidrográficas estão inteiramente dentro do mesmo estado), o que gerou facilidades e dificuldades para a implantação dos instrumentos de gestão (outorga de uso, enquadramento dos rios, planos de bacias e monitoramento). Houve uma grande evolução, e hoje muitos comitês de bacias hidrográficas têm a oportunidade de discutir seus problemas. Os planos de bacias foram feitos, mas os elos fracos foram os órgãos gestores dos estados, responsáveis pelos rios estaduais. Enquanto a ANA, em nível nacional, tem tido orçamento adequado para promover a Política Nacional de Recursos Hídricos, a realidade nos estados é de baixo apoio a seus órgãos gestores. Os conselhos e fundos de recursos hídricos estaduais são, via de regra, ineficientes. A ANA tem programas de ajuda aos estados, mas a realidade destes pouco avança, o que agrava as crises hídricas que o país tem vivenciado.

Assim, no 8.º Fórum Mundial da Água, a ANA apresentou o Projeto Legado, colocando em discussão propostas concretas para a melhoria da gestão hídrica. A intenção é fortalecer o Plano Nacional de Recursos Hídricos, buscando melhores modelos de gestão face às realidades hidroclimáticas, efetiva sustentabilidade

financeira, atuação integrada entre os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e federais, aprimoramento dos planos de recursos hídricos, implementação de auditorias e aperfeiçoamento do arcabouço institucional e legal.

Com isso, o Brasil prepara-se para melhor se instrumentalizar nesse momento de reflexão que insere a água e a segurança hídrica no centro dos debates técnicos e políticos da sociedade. É preciso melhorar a gestão das “crises hídricas” (problemas de disponibilidade) e dos eventos extremos de inundações, alagamentos e deslizamentos, incluindo em todos os casos o planejamento e a implantação de infraestrutura hídrica adequada e de medidas não estruturais – aquelas que não envolvem obras, como campanhas de redução de consumo de água e programas de educação ambiental.

Como a própria ANA afirma no Projeto Legado, os aprendizados nesse período recente de crises hídricas são oportunidades para mudanças. Precisamos saber quais mecanismos têm ou não funcionado para responder satisfatoriamente aos desafios impostos, quais inovações e flexibilizações são possíveis.

* Coordenador, no Instituto de Pesquisas Hidráulicas, do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROFÁGUA)



O rio Camaquã pertence à Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas e localiza-se na porção central do Rio Grande do Sul



Um sopro de diversidade



A guineense Marisa Sanha está se preparando para cursar História

FLAVIO DUTRA/JU

Refugiados UFRGS acolhe alunos de diferentes nacionalidades em cursos de graduação

Ânia Chala

Neste semestre, a Universidade recebe seis estudantes refugiados aprovados em um processo seletivo inédito na instituição. Oriundos de Guiné, Haiti, Venezuela e Angola, os selecionados, dentre um total de 30 inscritos, estão cursando o Programa de Português para Estrangeiros (PPE), oferecido pelo Instituto de Letras, e devem realizar em junho a prova para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), documento exigido para o ingresso na graduação e na pós-graduação.

Conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), encaixam-se nessa categoria os que fugiram de conflitos armados ou perseguições em seu país de origem. De acordo com a professora Denise Jardim, diretora da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), “trata-se de um público que não se equipara ao estudante de convênio, que se programou para vir ao Brasil, nem ao grupo abrangido pelas políticas de ações afirmativas, voltadas para a reparação das desigualdades brasileiras”, explica.

Para quem deixa seu país na condição de refugiado, a falta de documentos pode ser um problema. Assim, observa Denise,

o processo de seleção é pensado para evitar que a documentação se torne mais um obstáculo. “Se, para um migrante, isso já é difícil, imagina para um refugiado! Talvez o brasileiro consiga entender essa situação se pensar no que acontece quando chega a uma cidade onde não conhece ninguém e precisa de um fiador para alugar um imóvel.”

Relatos de esperança – Apesar de ter reclamado inicialmente da obrigatoriedade de cursar o PPE, a guineense Naercia Santos Vaz se diz satisfeita. “Achávamos que não precisávamos desse curso, porque em nosso país o português é a língua oficial. Mas está sendo muito interessante. O método de ensino na Guiné é diferente, e não há a ideia de produção textual.” Ela chegou ao país há dois anos e foi aprovada para cursar Biomedicina. “Estudei até o sétimo semestre no curso de Medicina Geral, porém não havia meios suficientes. A gente não tinha um laboratório, era só teoria.” Naercia tem 28 anos e mora com sua irmã, que se graduou em Psicologia na UFRGS como aluna de intercâmbio e se prepara para voltar à Guiné. “Vim para o Brasil com a intenção de continuar meus estudos. Fiz o vestibular, mas a prova é muito difícil para um estrangeiro. Fiquei desesperada e comecei a trabalhar fazendo tranças afro. Assim

que soube da seleção, voltei a ter esperança.” Quando terminar a graduação, Naercia pretende retornar à terra natal para ajudar no desenvolvimento de seu país.

Marisa Sanha está se preparando para estudar História na Universidade. Oriunda da Guiné, onde trabalhava em uma escola, ela tem 26 anos e chegou ao Brasil em 2014 como integrante de uma instituição religiosa. Em agosto do ano passado, desistiu desse caminho e decidiu continuar os estudos. “Escolhi História porque gosto de pesquisar e de estudar o passado.”

O também guineense Edson Bruno Lopes tem 30 anos e pretende ingressar no curso de Agronomia. Ele chegou ao Brasil em 2008 para fazer Oceanologia na FURG, mas abandonou os estudos após dois anos por dificuldades financeiras. “Não podia conciliar estudo e trabalho. Isso fez eu desistir e vir para Porto Alegre para poder me sustentar”, relata. Enquanto se prepara para a prova do Celpe-Bras, trabalha como electricista, função que deseja conciliar com os estudos, já que tem uma companheira e um filho brasileiros.

A Guiné-Bissau, país da África Ocidental do qual veio a maioria dos selecionados, tem histórico de instabilidade política desde a independência e, a partir de 2012, passou a enfrentar intensa crise

com componentes de radicalismo religioso.

Horson Beaucicot, 28, veio do Haiti há um ano e oito meses. Lá trabalhava como auxiliar de professor no ensino de inglês e francês. Inicialmente, ingressou na Feevale, mas desistiu pelo custo das mensalidades. Quando soube da seleção na UFRGS, candidatou-se a uma vaga em História, para a qual foi selecionado. “Ainda estou aprendendo Português e tenho dificuldade de pronunciar algumas palavras.” Entre seus planos está cursar mestrado e doutorado.

O venezuelano Blas Pacheco Davila foi selecionado para estudar Publicidade e Propaganda. Ele conta que seu país enfrenta problemas de inflação descontrolada, corrupção, controle estatal e censura nas escolas. “Saí não porque quisesse abandonar minha terra, mas porque não conseguia viver lá. Meu pai está no Brasil há cinco anos. Eu vim sozinho em outubro de 2016.” Blas tem 22 anos e trabalha como técnico de programação de elevadores. “Dentro de uns 15 anos, talvez eu volte ao meu país para exercer minha profissão.”

Seleção – Entre 2012 e 2013, antes da Copa do mundo, grupos de ação humanitária estavam atentos à quantidade de estrangeiros que viria ao Brasil e, potencialmente, ficaria por aqui. Na época, houve

um *boom* de questões relativas aos chamados novos rostos da imigração e aos haitianos que empresas gaúchas haviam trazido ao Rio Grande do Sul. Essa conjunção de fatores fez com que a UFRGS – seguindo o exemplo da UFSM e da UFSCar – se dispusesse a acolher uma população ansiosa por reorganizar sua vida no Brasil.

O ingresso de refugiados ocorreu a partir da oferta de vagas pelas Comissões de Graduação de cada curso. “A UFRGS está interessada em pessoas com um conhecimento mais vasto do mundo. O PPE e as equipes do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (Gaire) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) veem essa presença não como um problema, mas como um sopro de diversidade. Os cursos de Física e de Dança, por exemplo, queriam muito receber esses estudantes, mas não apareceu nenhum interessado”, revela Denise, que presidiu a comissão elaboradora do edital de seleção a partir de uma proposta do Gaire.

Enquanto os refugiados estiverem cursando o PPE, irão usufruir apenas da carteira de ônibus e dos RUs. Só depois de aprovados no Celpe-Bras, ingressarão efetivamente, podendo se candidatar aos benefícios oferecidos pela PRAE. O próximo edital de seleção será lançado no final do ano.

Os Jogos Mundiais passara

Universiade Há 55 anos, a provinciana Porto Alegre recebia pela primeira vez um grande evento esportivo

Imagens em preto e branco de um Ginásio da Brigada Militar lotado e cheio de vida para assistir à final de basquete masculino entre Brasil e Cuba, que acabou por consagrar a nossa seleção com a medalha de ouro. Não muito longe dali, no Estádio Olímpico com aproximadamente 40 mil pessoas, comitivas de diversos países desfilam para uma plateia eufórica. Cenário dos Jogos Mundiais Universitários – a Universiade de 1963 –, uma cidade ainda bucólica, um porto querendo mostrar-se alegre e acolhedor.

Evento de disputas desportivas, a Universiade ocorre desde 1923. A primeira edição, realizada na França, tinha o nome de Semanas Internacionais Desportivas Universitárias. Trinta e seis anos depois, quando os jogos foram disputados em Turim, na Itália, adotou-se o nome atual, englobando os termos Universidade e Olimpíada. A mudança de nome resultou do fato de a competição passar a ser comandada pela Federação Internacional dos Esportes Universitários, a FISU. Esta não só tinha inspiração nos Jogos Olímpicos, como a Universiade foi, por algum tempo, também considerada uma pré-disputa ao que aconteceria posteriormente nos Jogos Olímpicos de Verão – os destaques de um evento provavelmente figurariam entre os expoentes do outro. O Brasil começou a participar da competição na edição de Turim, em 1959, e quatro anos depois, em 1963, já sediou o evento em Porto Alegre.

A escolha – De acordo com a historiadora Maristel Pereira Nogueira, autora do livro *Universiade de 63: a reconstrução da memória através dos jornais de Porto Alegre*, foi graças à persistência de um núcleo principal formado por jovens entusiastas do esporte que os jogos vieram para o Brasil: “Eles foram até o Jânio Quadros, à época Presidente da República, e conseguiram convencê-lo a mandar uma delegação a Sófia [capital da Bulgária, onde aconteceram os jogos de 1961 e, posteriormente, à assembleia geral para a escolha da sede seguinte], a fim de fazer com que o Brasil concorresse, junto aos demais países, para receber os Jogos Olímpicos Universitários”, relata a historiadora.

Ao ser surpreendentemente escolhido como primeiro país do hemisfério sul a sediar os jogos, o Brasil precisava definir o estado em que o evento ocorreria. No contexto da época, tudo indicava que a Universiade seria levada para o estado de São Paulo; os paulistas, no entanto, não demonstraram interesse, pois já estavam envolvidos com os Jogos Pan-americanos. E aquele núcleo principal, formado por Henrique Halpern, Darcy Votto de Araújo, Plínio Baldanza, Silvio Kelly dos Santos, Fernando Marsillac

e Edgar Sanches Laurent conseguiu que a pacata Porto Alegre, ainda em processo de transformação urbana, fosse escolhida. Halpern e Votto eram presidente e coordenador do Comitê Executivo dos Jogos Olímpicos. Plínio Baldanza era delegado, e os demais [Fernando, Sílvio e Edgar], membros da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CDBU).

A partir daí, a cidade, na época com 700 mil habitantes, tinha um pouco mais de um ano para se estruturar para receber a Universiade. Ester Liberato, professora do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros, pesquisou o evento durante o doutorado na UFRGS e comenta: “A própria escolha de Porto Alegre como sede causa bastante surpresa. A cidade até então não tinha sediado um evento esportivo internacional. Era o primeiro megaevento que a cidade comportaria. E essa notícia chega com pouco tempo para uma boa preparação (cerca de um ano e meio). Demandou, portanto, grande mobilização. Porto Alegre era ainda muito provinciana, com características de cidade do interior”. A professora e pesquisadora em ciências do movimento humano acrescenta que as fontes noticiosas da época procuravam representações que compensassem as eventuais limitações da cidade, que receberia mais de dois mil estrangeiros.

Organização – Próximo ao dia 30 de agosto de 1963, data da abertura oficial da Universiade, as delegações de trinta e dois países começaram a chegar. Um número mais baixo do que o habitual, mas que se explicava pela ausência de potências como os Estados Unidos – o país alegou falta de recursos, mas corriam boatos de que havia um boicote ao evento – e das nações da cortina de ferro, no contexto fervoroso da Guerra Fria – politicamente falando, o momento era de tensão global. O Brasil, por sua vez, queria, através de um evento esportivo, se mostrar forte ao exterior.

Segundo Silvana Goellner, professora do Departamento de Educação Física da UFRGS, “a questão era enaltecer o Brasil e Porto Alegre. Então, na imprensa da época havia uma coisa muito ufanista de projetar o país para fora. Ainda que tenham sido jovens que tomaram a iniciativa de fazer esse evento, ele também serviu ao Brasil para vender a imagem de um país moderno. O esporte tem essa característica de ser algo que torna o país à frente de seu tempo, tem uma significação social. Nos documentos que temos, sempre encontramos a idealização do evento”. A docente coordena o Centro de Memória do Esporte (CEME), cujo objetivo é reconstruir, preservar e divulgar

a memória do esporte.

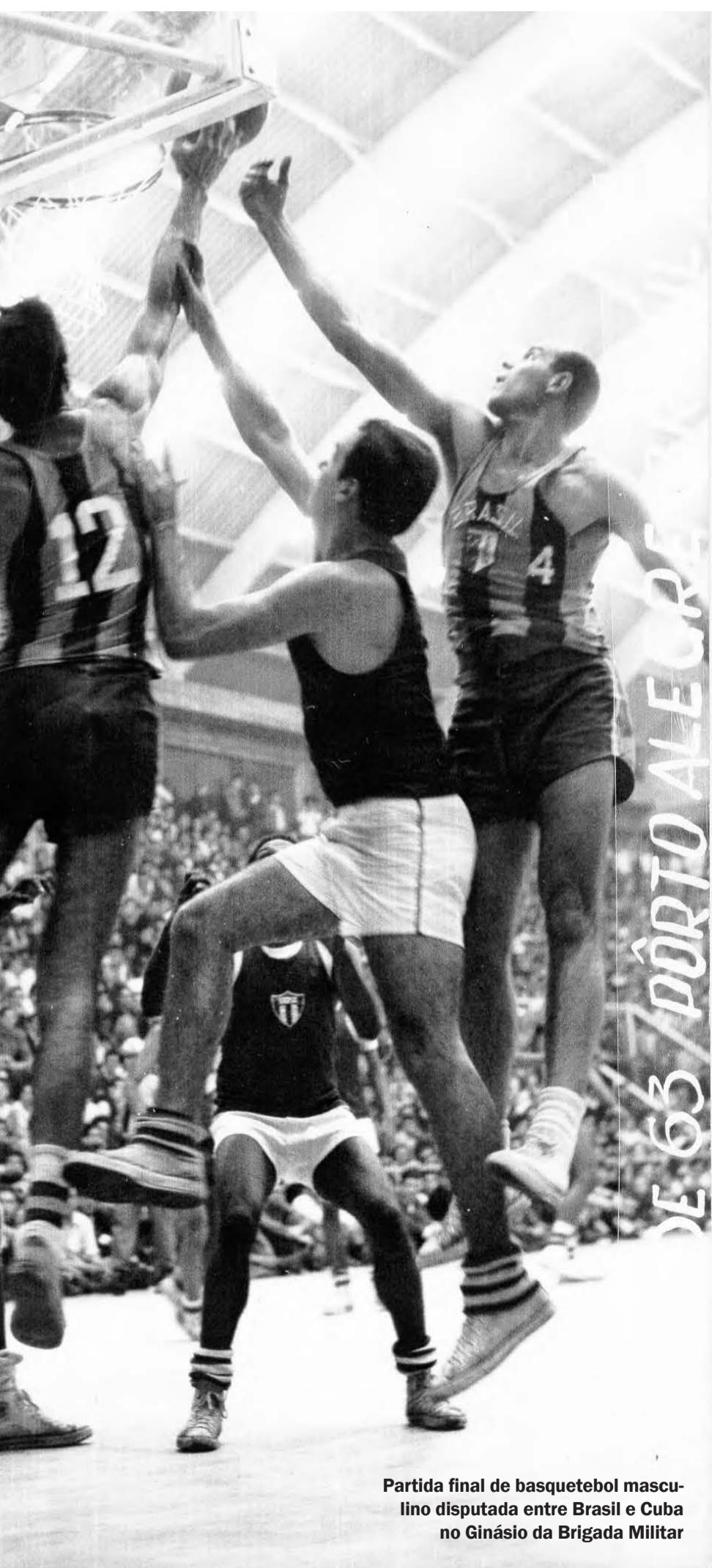
Os alojamentos dos atletas foram cedidos pela Caixa Econômica Federal. A Vila Olímpica, na verdade, eram imóveis de um conjunto habitacional localizado no bairro Intercaip cuja entrega aos proprietários foi prorrogada após negociações feitas com o órgão. As camas foram cedidas pelo estado de São Paulo. Apenas a delegação brasileira ficou em outro local, por não haver mais espaço. Os atletas daqui foram arranjados no Hotel Pampa, na rua Demétrio Ribeiro, centro da capital. Para Diná Santiago, ex-atleta e medalhista de ouro no voleibol da Universiade de 63, estar distante dos demais competidores foi uma grande perda. “Era a oportunidade de ficarmos mais próximos de culturas diferentes e ter uma troca que é tão rica. Poderíamos ter vivido tantas outras histórias engraçadas e inusitadas, como a de um atleta de fora que mordeu um abacaxi com casca e tudo por não conhecer a fruta”, conta aos risos.

A falta de tempo para a preparação era um ponto de dificuldade. Entretanto, a citada vontade de mostrar uma cidade evoluída e a insistência dos organizadores fizeram com que cada setor de necessidade se resolvesse de alguma forma. A estrutura esportiva advinha dos clubes, como o Grêmio Náutico União e a Sogipa. Além disso, foi construído em tempo recorde (três meses) o Ginásio Universiade, posteriormente conhecido como Ginásio da Brigada Militar. Para a abertura e o encerramento, foi utilizado o grandioso Estádio Olímpico, pertencente ao Grêmio Foot-ball Porto Alegrense. Muitos objetos para práticas esportivas foram doados por outros países, como o material da esgrima, cedido pelos franceses. A alimentação, oferecida no 18.º Regimento de Infantaria, na Avenida Ipiranga, era comandada pelo cozinheiro de experiência internacional M. Pierre Lagarde. A identidade visual da Universiade de 63 ficou a cargo de acadêmicos do Instituto de Belas Artes da UFRGS. A logomarca do evento estampou chaveiros, adesivos, cartazes e insígnias, além de brindes pouco comuns no esporte: garrafas de vinho, caixas de fósforos e maços de cigarros.

O evento – A Universiade em Porto Alegre aconteceu de 30 de agosto a 8 de setembro. As delegações dos 32 países fizeram o tradicional desfile pela pista atlética sob intenso e incessante foguetório. Esteve presente na cerimônia o renomado atleta do salto triplo Adhemar Ferreira da Silva, que conduziu o fogo simbólico e acendeu a pira sob uma salva de tiros de canhão. De acordo com Ester Liberato, “as modalidades disputadas no evento foram atletismo, basquete, esgrima,



Is Universitários am por aqui



POOL FOTOGRAFICO/ARQUIVO

Partida final de basquetebol masculino disputada entre Brasil e Cuba no Ginásio da Brigada Militar

ginástica artística, natação, polo aquático, saltos ornamentais, tênis e voleibol. Todas obrigatórias nas Universíades, segundo determinação da Federação Internacional (FISU), sendo que não houve, na edição de Porto Alegre, nenhuma modalidade opcional”.

Em termos quantitativos, levando em consideração a presença de público, pode-se dizer que o evento teve êxito. As imagens da época mostram ginásios abarrotados de espectadores. “O esporte naquele tempo agregava muito as pessoas. Hoje, você faz um evento, não são muitas pessoas que vão. Por quê? Temos outras formas de ver: pela televisão e pelas mídias sociais. Existem várias possibilidades, mas naquele momento não. Ir a estádios, campos, quadras e piscinas era muito importante. E, claro, havia toda uma propagação promovendo a Universíade. Foi o primeiro grande evento em Porto Alegre. Mobilizou a população, sem dúvidas”, relata a professora Silvana Goellner.

O Brasil foi ouro no voleibol feminino – com a presença de Diná Santiago em quadra – e no basquetebol masculino. O país sede ficou na oitava posição no quadro de medalhas; em primeiro lugar, a Hungria (18 ouros). Para Ester Liberato, mesmo que o Brasil não tenha ficado entre os três primeiros, foi um resultado digno de muita comemoração. “No início da década de 1960, o próprio acesso ao ensino superior já era difícil, para poucas pessoas. Portanto, havia um número reduzido de atletas universitários. Fora isso, como o comitê organizador teve pouco tempo e tinha pouca experiência, o foco era viabilizar o evento – ficando o desempenho dos atletas em segundo plano. O oitavo lugar deve ter sido bastante comemorado diante do total de 32 países que participaram”, conclui a pesquisadora.

No encerramento, aconteceu outro show pirotécnico, e o espírito de alegria e congraçamento teve como grande evento a realização do Baile das Nações na Reitoria da UFRGS, onde cinco conjuntos musicais se alternavam nos espaços de festa.

Legado – Sempre que se fala de grandes eventos esportivos que demandam investimentos públicos e movimentam muitos agentes, cobram-se resultados para além dos jogos, um legado social. Recentemente, contestou-se o real impacto que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos sediados pelo Brasil nos últimos anos trarão para o futuro do esporte e o desenvolvimento nacional. E a Universíade de 63, ela produziu algum legado? Um deles está a um fio de acabar: o Ginásio da Brigada Militar, deteriorado por fortes temporais, posto a leilão pela atual administração do governo do estado. O Estádio Olímpico segue aos pedaços e não é utilizado para quaisquer práticas. “São espaços que poderiam ter inúmeros fins,

explorados na esfera pública ou privada. As duas construções poderiam ser mais bem utilizadas; são grandes obras e com boa localização. Isso mostra um descaso do poder público ao explorar as práticas esportivas de um ponto de vista sociocultural”, lamenta Ester.

Simbolicamente, restam alguns objetos daquele evento de 1963. A Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) conta com alguns equipamentos de ginástica da época, que foram doados à instituição. No Grêmio Náutico União, ainda podemos ver pintada em azulejos a logomarca da Universíade. Os prédios que serviram de Vila Olímpica, na Intercep, foram encaminhados a seus donos e contam com moradores até hoje. Há, nas redondezas do conjunto habitacional, no bairro Partenon, a Praça Universíade.

Para atletas que participaram da competição, como a ex-jogadora de voleibol Diná Santiago, o esporte nacional evoluiu muito na questão tática e técnica, pois, ainda que nossos jogadores tivessem bom nível, puderam ver outras “maneiras” de atuar e pensar o jogo.

Para as pesquisadoras, a retomada da memória relativa à Universíade ainda pode contribuir para um impacto positivo para a cidade. “A partir dos jogos, a gente não detecta preocupação com uma continuidade de algumas das ações desencadeadas com a realização do evento. Por exemplo, a respeito da limpeza e do embelezamento das ruas, destacadas pela mídia durante o ano do evento; não se evidencia empenho do poder público em explorar o potencial turístico de Porto Alegre, tampouco quaisquer medidas de difusão de políticas públicas para o incentivo às práticas esportivas. Consideramos que o legado sociocultural ainda está por ser investigado. Tem-se um amplo campo a explorar, em termos de pesquisas da história do esporte, que tende não só a recuperar a memória do evento, mas também o legado para a cidade e o estado”, pontua Ester Liberato.

Ricardo Santos,
estudante do 9.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

A Universíade acontece até hoje. Brasília recebeu em 2013 o direito de sediar o evento bienal, que atualmente reúne cerca de dez mil atletas de 150 países. Mas abdicou, em 2015, alegando falta de recursos. Na última Universíade, realizada em 2017 na Taipé Chinesa (Taiwan), o Brasil participou com um grupo de 180 atletas. Foram dois ouros, quatro pratas e seis bronzes. A edição de 2019, rechaçada pelo Brasil, ocorrerá em Nápoles, na Itália.



FLÁVIO DUTRA/JU



Por um direito penal mais humano

Eugenio Raúl Zaffaroni *Jurista defende a imposição de freios à arbitrariedade estatal*

Referência nos estudos de direito penal em todo o mundo, Eugenio Raúl Zaffaroni se destaca na análise dos conteúdos jurídicos da América Latina, sobretudo do Brasil. Ao longo de sua fala no seminário *Bases para a construção de um direito penal não inumano na América Latina*, realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito, o doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Nacional del Litoral, na Argentina, mostrou domínio de conhecimentos não só na sua área de especialização, mas também em História e Sociologia. “Acho que a armadilha que tem o conhecimento é setorizar, dividir a realidade, fazer com que cada um saiba muito de pouco, e nada do resto”, explica.

Autor de 25 livros, Zaffaroni recebeu o título de Doutor Honoris Causa por 38 universidades, além de inúmeras outras distinções. Sua dogmática propõe que o direito penal passe a impor um freio à arbitrariedade estatal, buscando substituir o que ele chama de “Estado de polícia (ou de guerra)” por um “Estado democrático”. Atualmente, é professor emérito do Departamento de Direito Penal e Criminologia na Universidade de Buenos Aires e juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Mostra-se abertamente opo- sitor ao atual governo argentino, gerando certa perseguição pública ao seu nome por parte dos atuais governantes do país. “Estão me denunciando frente à própria corte interamericana, pedindo sanções. É uma grande honra. A mídia (do governo) tem uma campanha muito semelhante para com o Papa Francisco. Estou em boa companhia”, conta Zaffaroni, esboçando um leve sorriso.

O que é “direito penal inumano”? Em que medida se caracteriza na América Latina? Todo direito penal inumano é um direito penal do inimigo, é um direito penal de

guerra. Estão misturando guerra e direito penal. Existe um grande jurista brasileiro do século XIX, Tobias Barreto, que falava que a pena é um fato político. E quem quiser justificar a pena teria também que justificar a guerra, se é que já não justificou. Ao se fazer referência a um direito penal humano, estamos falando de um direito com a pena contida, de um poder punitivo contido. Se não podemos conter o poder punitivo, no final sempre haverá um genocídio. Na América Latina, o que temos, em grande medida, é um direito penal do inimigo, que possui características bastante inumanas. Temos alguns países que estão mais contidos, mas não muito. Nossas polícias, via de regra, não têm direito de sindicalização; têm baixo nível de consciência profissional. Estão muito direcionadas pelo poder executivo. Mas há momentos, sim, em que estamos mais próximos de um direito penal com características mais humanas.

Há possibilidades reais de se chegar à prática mais humanizada?

A única possibilidade é a luta. Não há outro caminho. Se enfraqueçemos a luta, é inevitável que o direito penal inumano avance. Não temos uma solução definitiva. Talvez pensar em outra sociedade, ter uma mudança social circunstancial. Isso tudo é válido, mas é no mundo das ideias, não é com o direito penal; este não vai fazer nada disso. Urgente é dizer: “Bom, não matem, não torturem”. Depois vemos outro caminho da política, da justiça.

Como você vê o atual momento político da América Latina e da Argentina?

No meu país, estamos vendo uma regressão dos direitos humanos e do Estado de direito. Momento muito particular, no qual estamos em uma violação massiva de direitos humanos – problema não só

na Argentina – por meio de uma agressão frontal ao direito humano do desenvolvimento progressivo. Meu país está passando por um endividamento sem precedentes, pela rapidez com que é feita a dívida e pelo volume. Nesse sentido, acredito que temos autoridade para dizer que estão praticando um crime de administração fraudulenta.

Como você vê a maior aparição do judiciário perante a mídia, por exemplo, nas emissoras de televisão? Isso derruba o mito da neutralidade dos juristas?

O que acontece é isso que se chama atualmente de *lawfare* [o emprego de manobras jurídico-legais como substituto de força armada], que é algo distante do Direito. No meu país, aconteceu um abuso claro por uma parte do judiciário federal e da mídia. O resultado foi a prisão do ex-vice-presidente e candidato a vice-presidente opositor [Amado Boudou]; estão processados a ex-presidente e dois ex-ministros, um deles preso e proibido de viajar aos Estados Unidos para tratar seu câncer, o que vai muito além de uma prisão preventiva. São todos presos políticos, em uma montagem feita através da mídia e de parte do judiciário federal. Prisões arbitrárias, algumas claramente em crime de prevaricação. Pretendeu-se, no processo contra a ex-presidente, usar a qualificação de “traição à nação”, que é um crime não disposto na constituição. Não vivemos um momento de guerra desde as Malvinas, mas um estrangeiro, olhando para a situação atual da Argentina, poderia pensar que estamos em regime ditatorial por um governo eleito. A imagem pública do judiciário no país é muito deteriorada.

A investida contra o ex-presidente Lula é um direito penal de guerra?

Não gostaria de abrir uma opinião sobre isso porque não conheço o suficiente,

mas o que acontece no meu país é suficiente para se falar nesse tipo de direito inumano. O que está acontecendo lá é realmente uma vingança que não existiu na nossa história, a não ser talvez no ano de 1955, quando eu era pequeno, contra [o ex-presidente] Perón. Depois, nem sequer a ditadura fez isso – fez outras besteiras piores, mas não este ato de degradação pública quando da detenção do ex-vice-presidente da república, descalço e de pijamas, transmitida pela televisão. Não é uma ditadura, mas se está atuando de maneira bem próxima.

Existe, no mundo, algum modelo de direito penal a ser seguido?

O modelo ideal de direito penal não existe. Tem modelos que são melhores, mas não por conta, necessariamente, do direito penal, mas do modelo de sociedade. Você não pode ter um modelo ideal numa sociedade que está inteiramente estratificada. O direito penal está muito vinculado ao espaço de liberdade das pessoas; ele acompanha a evolução da sociedade. O totalitarismo corporativo no mundo quer impor um modelo de sociedade em que 30% são incluídos e 70%, excluídos. Para conter estes, usa-se a mídia para fazer a cabeça das pessoas. Quando esta não é suficiente, usa-se o poder punitivo. Tenta-se fazer aumentar as contradições entre os excluídos para que se matem entre eles. Quando se observa quem está na cadeia, quais as vítimas principais das polícias, ambos saem das mesmas capas sociais. Enquanto estão se matando, não podem dialogar, ter consciência, propor uma intervenção política coerente.

Ricardo Santos,
estudante do 9.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Filme e representatividade

Pantera Negra Estudante da UFRGS organiza projeto que leva 200 crianças e jovens negros para ver produção com super-herói de inspiração africana

Como muitas meninas, Ana Caroline desejava ser personagem de contos de fada. “Eu até queria ser branca para poder ser princesa. Ser princesa, para mim, era ser branca porque não existiam princesas negras”, revela. Hoje, aos 17 anos, a jovem de cabelos cacheados até os ombros não acalenta mais o mesmo sonho. Tanto é que, depois de ver o filme Pantera Negra, em cartaz desde fevereiro, ela direcionou sua admiração para as heroínas femininas da produção cinematográfica estadunidense que tem inspiração na África e cujo protagonista é um super-herói negro. “Achei incríveis as guerreiras; elas eram carecas e lindas. Para mim, o filme passa a mensagem de que somos fortes e de que estamos nos empoderando. Foi uma sensação maravilhosa.” Assim foi que a estudante Ana Caroline Costa Rodrigues, moradora da Vila Cruzeiro, bairro situado na zona sul de Porto Alegre, descreveu o que significou, para ela, ir ao cinema na tarde do dia 27 de fevereiro. Mas não só para ela esse momento foi importante.

Inquietação – O impacto do filme protagonizado por um super-herói que vem da terra fictícia de Wakanda e cujos poderes intelectuais e físicos surgem de um ritual de seus ancestrais despertou na estudante de Pedagogia da UFRGS

Vitória Sant’Anna Silva, 22 anos, a necessidade de pensar sobre representatividade em produções cinematográficas. A inquietação lhe trouxe ainda a ideia de levar crianças negras que vivem em regiões menos privilegiadas de Porto Alegre a terem uma experiência semelhante à dela diante de um filme que trazia um elenco majoritariamente composto por negros para contar a história do primeiro super-herói de ancestralidade africana da Marvel, editora estadunidense de quadrinhos e entretenimento. A película narra a história de T’Chala – identidade secreta do herói –, rei da nação fictícia de Wakanda, que esconde o *vibranium*, um dos metais mais poderosos do mundo.

Foi a partir do que sentiu a no filme que Vitória organizou uma campanha nas redes sociais para, segundo sua ideia inicial e bem mais modesta, levar a uma sessão de cinema 3D crianças do condomínio Princesa Isabel, onde mora. “Inicialmente seriam trinta, mas a gente conseguiu comprar 200 ingressos”, comemora. O dinheiro arrecadado foi suficiente para as entradas – que custavam 14 reais cada – e ainda para alugar cinco ônibus. Foi assim que gurus e gurias do Princesa Isabel, do Cabo da Rocha, do Quilombo do Areal, da Vila Maria da Conceição e da Cruzeiro puderam ter uma

sensação parecida à dela.

A estudante quer que mais e mais jovens tenham acesso a espaços de cultura, como o cinema, por exemplo. “A ideia é dar continuidade ao projeto para poder proporcionar esse momento para outras crianças, especialmente porque esse filme é sobre representatividade, trabalha com a autoestima. A ideia de trazer crianças negras e de periferia ao cinema é elevar a autoestima delas, para que consigam ser mais confiantes e saibam que podem estar em todos os espaços”, destaca. Vitória, no entanto, não trabalhou sozinha na campanha realizada durante apenas uma semana: contou com a ajuda das amigas Mariana Bueno, também estudante de Pedagogia, Cristina França, bibliotecária, e Desirée Gomes, educadora.

Para lembrar – Do Quilombo do Areal, que fica entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, saíram trinta e cinco das crianças e adolescentes que foram ao Shopping Praia de Belas assistir ao filme. Tinham entre seis e quinze anos e, identificados com uma etiqueta colada à roupa, aguardavam a chegada do ônibus. Em polvorosa, não cansavam de perguntar às quatro educadoras que os acompanhavam o quanto demorariam para chegar. Quando o ônibus despontou na rua Luiz

Guaranha, não houve quem não pulasse, batesse palmas ou gritasse. Um a um, foram chamados a ingressar no ônibus. A entrada, porém, era apressada.

O movimento de tantas crianças chamou a atenção de quem estava pelo shopping naquela tarde: os olhares eram de curiosidade, espanto e mesmo de desconfiança. “Vão assistir ao Pantera Negra? Que legal!”, exclamou um dos seguranças que acompanhava o grupo até o andar do cinema. Quando chegaram lá, foram recebidos por repórteres de diversos veículos de imprensa. Era cada vez mais difícil controlar a ansiedade e esperar a vez de receber a pipoca e o refrigerante doados pela rede de cinemas. Terminando o filme, saíram da sala cruzando os braços na altura do peito, imitando o que o ator Chadwick Boseman fazia ao encarar o protagonista da história: o gesto “Wakanda Forever” (Wakanda para sempre) identifica as pessoas que vêm da mesma terra que Pantera Negra.

Existem diferentes teorias para explicar o que teria inspirado o editor e escritor Stan Lee e o ilustrador Jack Kirby no momento da escolha do nome fictício para a terra de origem do personagem criado para a Marvel Comics na década de 1960. O historiador angolano João Niango Ngombo Kina sugere, no entanto, que o

termo Wakanda remete à língua kikongo, falada em regiões da África Central e Meridional, na qual significa “o que é nosso por direito” – o que dá uma dimensão importante para a reprodução do gesto pelos jovens. “Em suma, Wakanda é um termo ligado a um determinado sentimento de pertença”, completa.

Do lado de fora da sala de exibição do filme, uma barreira de jornalistas aguardava os jovens com câmeras e microfones: os mais tímidos acenavam, outros ousavam se aproximar e já puxavam assunto com os repórteres. Para a bibliotecária Cristina França, uma das colaboradoras da iniciativa, este era um momento importante. “Tentamos trazer para eles, pelo menos durante duas horas e 15 minutos, um sentimento de pertencimento, um sentimento de autoestima, de ver pessoas iguais a eles”, explica. E assim foi que a adolescente Ana Caroline, que nunca vira um super-herói negro, entendeu o que é, afinal, orgulho: “A maioria das pessoas acha que ser negro é só se assumir cacheada, mas é muito mais que isso. É amar sua cor, amar seus antepassados, é amar a nossa história”.

Natássia Ferreira,
estudante do 6.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Crianças aguardam o início da sessão do filme Pantera Negra

DESTAQUE

A memória por trás da Física

Existe cultura na Física? Foi a partir dessa pergunta que o servidor do Instituto de Física da UFRGS Walberto Chuvas decidiu criar a exposição *Trajé-tórias da Extensão no Instituto de Física*. Há 13 anos coordenando o núcleo de extensão e divulgação, ele decidiu reunir seu acervo pessoal, que contém banners e fotografias, para exibir a importância das atividades para a comunidade. Com visitação aberta até 19 de maio no Espaço Ciência e Cultura Alba Theumann, dentro do Instituto de Física, na mostra podem ser conferidos materiais gráficos de ações que buscam desenvolver a inovação tecnológica e a participação mais ativa da Universidade junto às demandas sociais. A maioria das atividades expostas enfoca o vínculo da UFRGS com escolas de ensino fundamental e médio do estado.

As iniciativas de extensão do Instituto de Física iniciaram em 1965, sendo uma oportunidade de os alunos da licenciatura ministrarem aulas a secundaristas. A exposição retoma alguns registros históricos, como, por exemplo, as caixas de equipamento, da década de 1980, com instrumentos que permitem o estudo de mecânica, eletricidade e óptica. Esses materiais são emprestados, ainda hoje, para escolas de nível médio por até um semestre. A mostra ainda contempla atividades como o Observatório Educativo Itinerante – que tem o objetivo

de levar a Astronomia para o conhecimento dos professores da rede pública e privada do Rio Grande do Sul, com conteúdos sobre o sistema solar, as estrelas e a galáxia –, o programa Simplifísica – com palestras gravadas e disponibilizadas pela UFRGSTV que discutem a relação entre os experimentos científicos e o cotidiano – e o projeto Mulheres na Ciência – que visa diminuir as disparidades entre homens e mulheres no campo das exatas. Cartazes com frases machistas ditas por professores a alunas da Física também encontram espaço nas paredes da exposição.

Para Walberto Chuvas, a extensão é uma troca realizada entre o meio acadêmico e a população, permitindo a formação de estudantes com uma vivência além da sala de aula. “Recebemos as demandas das pessoas e, assim, produzimos conhecimento para satisfazê-las. Há, inclusive, a formação de outro perfil profissional. O ensino segue um determinado padrão. Quem é extensionista adquire visões que correspondem aos anseios da sociedade, podendo interagir e contribuir mais”, afirma. A diretora do Instituto de Física, Naira Maria Bazaretti, considera o curso bastante fechado; desse modo, a extensão é o que permite uma interação direta. “Como divulgar a ciência? É fundamental mostrarmos o que fazemos aqui dentro. Precisamos fazer sentido para nós e para a sociedade”, pontua.



Mostra reconstrói mais de 50 anos de atividade de extensão

TEATRO



SEBASTIAN

Um jovem amarrado nu a uma árvore tem seu corpo flechado. A única cobertura para a sua nudez é um tecido branco e liso amarrado ao ventre. Uma pessoa que busca a si em um encontro mítico com São Sebastião. Da aproximação dessas duas realidades – mítica e real – escoia sem parar sangue e suor, sensação e silêncio, lacunas por onde vaza, por onde escoia a dura existência. Um corpo santo que busca encontrar lugar, papel e identidade no mundo e vivê-lo plenamente, mesmo que isso implique dificuldades e sofrimento.

Apresentações: 4, 11, 18 e 25 de abril, às 12h30 e às 19h30

Local: Sala Qorpo Santo
Classificação indicativa: 16 anos

Entrada franca, com retirada de senhas uma hora antes do início

CINEMA

MOSTRA INGMAR BERGMAN

A programação do mês de abril da Sala Redenção trará algumas das principais obras do dramaturgo e cineasta sueco Ingmar Bergman. Como temas centrais de sua produção, a análise psicológica das personagens e a angústia causada pela ausência de um Deus. Entrada Franca



O SÉTIMO SELO

Após dez anos, um cavaleiro retorna das Cruzadas e encontra ao seu país devastado pela peste negra. Sua fé em Deus é abalada e, enquanto reflete sobre o significado da vida, a Morte surge à sua frente querendo levá-lo. Para ganhar tempo, convida-a para um jogo de xadrez que decidirá se ele parte ou não.
Sessões: 09 de abril, 16h; 23 de abril, 19h



MORANGOS SILVESTRES
Isak Borg é um professor de medicina que revisita momentos marcantes de seu passado. Durante viagem à sua antiga universidade, conhece uma adolescente que se assemelha a Sara, um antigo amor. Quanto mais

recorda as desilusões que viveu, mais se sente frio e culpado, sentimentos que afloram quando encontra seu filho.
Sessões: 09 de abril, 19h; 10 de abril, 16h; 23 de abril, 16h



PERSONA

Após um desempenho na peça “Electra”, uma famosa atriz, Elisabeth Vogler, para de falar. Como já faz três meses que ela não fala, sua psiquiatra decide que ela seja mandada para uma isolada casa de praia, com a enfermeira Alma. Com o convívio, Alma se apaixona pela atriz.
Sessões: 10 de abril, 19h; 11 de abril, 16h; 24 de abril, 16h



VERGONHA

Em meio a uma guerra civil na região báltica, um casal de violinistas que se diz apolítico vive isolado, até o dia em que um grupo de soldados invade a ilha onde moram e eles percebem que já não é possível ficar alheio à destruição e aos horrores da guerra.
Sessões: 11 de abril, 19h; 12 de abril, 16h; 24 de abril, 19h



A HORA DO LOBO

Um pintor e sua esposa vão morar em uma ilha e conhecem um misterioso grupo de pessoas que passam a trazer angústias ainda maiores à vida do casal. Durante a hora do lobo, entre a meia-noite e a aurora, ele conta para sua esposa suas memórias mais dolorosas e começa a questionar a própria lucidez.
Sessões: 12 de abril, 19h; 13 de abril, 16h; 25 de abril, 16h



FACE A FACE
Jenny Isaksson é uma

psiquiatra casada que é assombrada por visões de uma velha e sofre de depressão. Para fugir desse pesadelo, tem um caso com um médico casado e acaba sofrendo uma crise histérica. Quando está se recuperando, consegue entender quem é a velha senhora e o por que lhe provoca tanto sofrimento.
Sessões: 16 de abril, 16h; 20 de abril, 16h; 30 de abril, 19h



SONATA DE OUTONO

Após ter sido uma mãe ausente por anos, Charlotte, uma renomada pianista, vai até a casa de sua filha Eva para lhe visitar. Ela se surpreende ao encontrar sua outra filha, Helena, que tem problemas mentais. A tensão entre mãe e filha começa a crescer.
Sessões: 16 de abril, 19h; 17 de abril, 16h



FANNY E ALEXANDER

No início do século XX, após um alegre Natal, o pai de duas crianças morre. Desse momento em diante Alexander, o menino, passa a ver o fantasma do pai. Tempos depois, sua mãe se casa com um homem religioso, e as crianças são obrigadas a deixar a casa da avó paterna para viver com a família do padrasto, onde são tratadas como prisioneiras. Após um tempo, a mãe percebe a real personalidade do marido e o sofrimento dos filhos e planeja um modo de tirá-los de lá.
Sessões: 17 de abril, 19h; 18 de abril, 16h



NA PRESENÇA DE UM PALHAÇO

Num hospital psiquiátrico, o ilusionista e autoproclamado inventor Carl Åkerblom está internado depois de ter tentado matar a noiva Pauline Thibault. Obcecado com a morte do compositor Franz Schubert, Carl decide fazer um filme sonoro sobre isso, com atores lendo os diálogos por trás da tela.
Sessões: 19 de abril, 16h; 20 de abril, 19h; 30 de abril, 16h

CURSO DE CINEFILIA E CRÍTICA DE CINEMA

O objetivo é apresentar uma abordagem histórica da cinefilia, englobando temáticas como a origem

do cineclubismo, o Clube de Cinema de Porto Alegre, a cinefilia e a crítica cinematográfica no RS, as transformações tecnológicas e a renovação da cinefilia. O curso ocorrerá na Sala Redenção e terá entrada franca.

Datas: 26 e 27 de abril, 16h

SINGULARIDADES

A Sala Redenção exibirá filmes de Gabriela Bervian. Após a exibição, os espectadores estão convidados para um debate com a diretora e com a psicanalista Liliane Froemming. Entrada franca.

DOMINGO DE MARTA e SOM SEM SENTIDO
Sessão: 25 de abril, 19h

EXPOSIÇÃO

“SEM TÍTULO”

O primeiro módulo da exposição “Sem Título” exhibe os trabalhos resultantes das pesquisas desenvolvidas pelos alunos formados no Bacharelado em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS em 2017. A mostra reúne obras de linguagens múltiplas e híbridas da Arte Contemporânea em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica.

Visitação: 10 de abril a 4 de maio, das 10 às 18h, de segunda a sexta-feira
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA/UFRGS
Entrada franca

VALE VALE – 110 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

A exposição é comemorativa aos 110 anos da imigração japonesa no Brasil. Realizada em parceria com o Escritório Consular Japonês em Porto Alegre, a mostra apresenta bonecos de porcelana e de madeira, maquetes de templos japoneses, relatos de imigrantes e outras atrações.

Data: 23 de abril a 8 de maio, das 8 às 18h, de segunda a sexta-feira
Local: Solarium do Instituto de Letras da UFRGS
Entrada franca

ONDE?

► Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► Solarium do Instituto de Letras da UFRGS

Av. Bento Gonçalves, 9500
Fone: 3286.4179

► Sala Qorpo Santo

Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3080

Meu Lugar na UFRGS

Não mais sozinha

Na Semana da África do ano passado, uma jovem de 23 anos que deixou família e amigos em Luanda, Angola, para estudar no Brasil, recitou um poema de sua autoria com a temática da mulher africana a uma plateia lotada no auditório do Salão de Atos da UFRGS. Uma atitude dessas era impensável para Evania dos Prazeres, estudante de Engenharia Civil, antes de conhecer o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) – órgão vinculado à Pró-reitoria de Extensão e localizado no subsolo do Planetário José Baptista Pereira – em 2017. “Comecei a escrever o poema aqui no porão. Pensei em entregar para alguém ler, mas me incentivaram a apresentar, e eu fui. Foi incrível”, relata. O DEDS pode até passar despercebido para quem frequenta o Câmpus da Saúde, mas foi um agente transformador na vida acadêmica e pessoal da estudante.

Quando Evania se candidatou ao Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) em 2015, não podia imaginar que iria morar em Porto Alegre tampouco estudar na UFRGS e se envolver em tantas atividades acadêmicas. Os dois primeiros anos de adaptação no Brasil foram complicados, segundo ela, devido à diferença cultural. A angolana faz questão de destacar a contribuição do DEDS para enfrentar os desafios de estudar em um país estrangeiro. “Eu conheci o departamento só ano passado, quando dois amigos – Vanito, da Guiné Bissau, e Nguindo, de Angola – me convidaram para participar da Semana da África. Conheci o trabalho deles e estou aqui até hoje. Antes disso, eu me sentia muito sozinha, era difícil fazer amigos porque as formas de estudar e de agir são diferentes no meu país; aqui o pessoal é mais individualista”, diz.

Além da Semana da África, que ocorre todos os anos no final de maio, em referência à independência dos países africanos, o setor desenvolve

projetos voltados à educação, como o *Por dentro da UFRGS* (do qual Evania também participa). O objetivo da iniciativa é levar informações sobre ingresso e permanência na Universidade à comunidade externa. Foi na organização dessas atividades que ela começou a fazer mais amigos, brasileiros e africanos. “Com a proximidade da Semana, muitos africanos se reúnem no DEDS para organizar as atividades. Eu não os conhecia. Sinto-me em casa aqui”, conta. Questionada se havia algum espaço preferido no interior do “porão do Planetário”, Evania explica que cada lugar tem um significado especial: “A sala de reunião me lembra da Semana da África, já a sala onde fica o pessoal [da administração] é para socializar e comer; lá fora, no pátio, é a diversão”, brinca.

Apesar da saudade que sente da família e de Angola, Evania pretende continuar seus estudos na Universidade. “Quando cheguei, só queria acabar a graduação e voltar para o meu país, mas agora conheço gente, me acostumei e pretendo fazer um mestrado”, diz. O DEDS para ela é sinal de união. “Eles fazem tudo juntos, me sinto acolhida. Não imaginava que a UFRGS tinha essa preocupação social. Achei que fosse só o lado acadêmico. É importante esse viés porque tudo na vida se faz em equipe.” A ligação da estudante com o departamento tornou sua vida mais agradável ao ponto de ela eleger este como o seu lugar dentro da Universidade. “É tão bom! Às vezes, quando tenho que vir aqui depois da aula, torço para que o professor libere mais cedo para vir para cá”, entusiasma-se.

Bárbara Lima,
estudante do 5.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Movida a esporte e conhecimento



FLÁVIO DUTRA/JU

Diná Santiago chega de mansinho, passos calmos, com ajuda do carrinho de compras e acompanhada pelo *personal* Jeferson Luiz da Silveira. Aos 77 anos, ela conta que anda com dificuldade após sofrer algumas quedas; com auxílio, porém, consegue se movimentar de maneira independente. A pedido dela, nos encontramos em frente a uma loja de chocolates, onde gosta do café e de algumas doçuras. Após sentarmos a uma mesa, conto a Diná que soube da sua vida de ex-atleta e professora pela matéria que construiu sobre a Universidade de 1963. Seus olhos reluzem ao lembrar daquela época: ela, aos 22 anos, deitada no gramado do Estádio Olímpico com arquibancadas lotadas, assistindo ao show pirotécnico de grande proporção durante a cerimônia de abertura do evento. Os jogos mundiais universitários, sediados em Porto Alegre naquele ano, lhe renderam uma medalha de ouro.

A relação de Diná com o esporte, porém, vem de cedo: “Contribuiu muito a proximidade que eu tinha do Grêmio Náutico União. Eu morava a duas quadras da sede da Quintino. O meu irmão jogava basquete e convenceu minha mãe e meu pai a deixar minha irmã Diva e eu frequentar também”. Aos 7 anos, Diná começou a nadar. Por duas vezes foi recordista estadual nas provas de 100m costas, categoria juvenil, e de revezamento quatro estilos, categoria adulto, nos anos de 1953/54. Quando participava de maratonas aquáticas, chegava a nadar ininterruptamente por 1h50min. Ela relata, contudo, que o alto rendimento na natação tem um curto espaço de duração – e, naquela época, o esporte não tinha a profissionalização de hoje.

Diná gostava mesmo era da prática. Isso se estendeu, dentro do Grêmio Náutico União, também para o basquete e o vôlei. Criou, com o clube, um apego grande. Aos risos, mas com muito orgulho, diz que sabe até cantar o hino todo do União.

Entre um gole e outro no cafezinho, ela esbarra na xícara e derruba um pouco na mesa. Enquanto enxugamos o líquido derramado, ela me conta que o esporte foi uma forma de ascensão e convívio social. “Para teres uma ideia, quando chovia, eu e minhas colegas varriamos a quadra para voltar a treinar. Era o esporte pelo esporte, para se estar junto. Minha família era organizada, mas pobre. E por onde eu poderia crescer, conhecer culturas e lugares diferentes? Pelo esporte. Pelos clubes”, explica Diná.

Essa proximidade com a prática esportiva a levou ao curso de Educação Física. Começou a cursar o ensino superior com 21 anos. Quando disputou a Universidade, estava no segundo ano do curso, no qual se formou em 1964. Mais tarde, entre 1976 e 78, graduou-se em Pedagogia, também na UFRGS. Especializou-se nos esportes basquete e voleibol. Trabalhou com ginástica em escolas públicas e com educação psicomotora, área em que se especializou em 1980 no Instituto Porto Alegre. Dois anos depois, fez concurso para ser professora da UFRGS, vaga em que só foi efetivada em 1988. Integrou o quadro docente do curso de Educação Física até 2011, quando completou 70 anos e chegou à aposentadoria compulsória. “Eu acho que as pessoas têm um limite de criatividade e produtividade. Eu amo estudar, mas cheguei a minha hora de sair,

e eu entendi”, explica Diná.

Durante sua carreira, a ex-professora se deparou com uma experiência forte: estudar envelhecimento, ao passo que ela mesma também envelhecia. “Notar o envelhecimento no outro é fácil. Em si é muito difícil. O idoso é estranho ao espelho. Quando tu te olhas não acreditas que estás aquilo ali. Mas eu estudo o tema e, sempre que possível, dou palestras”, desabafa Diná. Ela termina seu cafezinho e complementa: “Acho que a partir disso mais pessoas na Esefid começaram a estudar o envelhecimento”. A temática ganhou força com a criação, no ano 2000, do Centro de Estudos e Lazer e Atividade Física do Idoso (Celari), que oferece oficinas a pessoas com idade superior a 55 anos no Câmpus Olímpico. A docente aposentada diz que se sente bem ao lembrar de sua participação na construção e no encaminhamento desse projeto.

A entrevista vai chegando ao fim, e eis que regressa o *personal* Jeferson para acompanhar Diná no retorno a sua casa em Viamão, para onde, há 22 anos, se mudou com o marido, hoje falecido. Lá, dedica-se a cuidar dos cachorros e da residência, lendo coisas novas sempre que possível sobre as áreas de atuação na Educação Física. Ao longo de nossa conversa, pudemos perceber o quanto o esporte representava para nós dois. Em sua gesticulação entusiasmada de educadora ao falar sobre práticas esportivas, Diná foi me mostrando o quanto elas foram essenciais em sua vida.

Ricardo Santos,
estudante do 9.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Kaô kabecile!

TEXTO **ANDREZA JORGE** IMAGENS **RATÃO DINIZ**

“[...] as mulheres, negras, das periferias, com ênfase nas favelas, são representações estratégicas para avanços democráticos e de convivência com as diferenças e superação das desigualdades, por conta do peso do machismo e do racismo e do crescimento da ideologia xenofóbica.”

Esse trecho foi retirado do livro *Tem Saída? Ensaio crítico sobre o Brasil*, lançado em dezembro de 2017. A autora do texto foi Marielle Franco, vereadora eleita como a quinta mais votada no Rio de Janeiro, favelada do Complexo da Maré, negra, mãe, bissexual, defensora dos direitos humanos, formada em Sociologia e pós-graduada em Administração Pública. Em 15 meses de mandato, criou 16 projetos de lei, propondo, por exemplo, a criação de casas de parto e o combate ao assédio sexual.

Marielle, sobretudo, estava atenta às demandas reais de uma grande parcela da sociedade que teve a chance de se ver representada politicamente e tinha ciência da importância que esse papel exercia para um precioso avanço democrático no nosso país. A necessidade de transformação, a real necessidade de mover as estruturas sempre motivou as mulheres negras, inclusive, o último encontro promovido por Marielle em seu mandato coletivo: Mulheres Negras Movendo as Estruturas, realizado na Casa das Pretas, no Centro do Rio de Janeiro, na quarta-feira, 14 de março.

Eu estava na casa da minha mãe em comemoração à notícia de um priminho que está por nascer. Estava celebrando a vida e a resistência dessa família favelada do Complexo da Maré que chegou aqui depois de uma remoção extremamente violenta e se ergueu para viver com dignidade graças ao sangue e suor de uma mulher preta viúva com seis filhos. Era quarta à noite, e estávamos fazendo churrasquinho na laje.

A notícia veio de surpresa, explodiu na roda de conversa logo após um coincidente momento de epifania que o papo entre amigos e familiares promoveu, ao imaginar um tempo daqui a 20 anos em que não precisaríamos mais lutar tanto por direitos básicos, direito à vida, por feminismo, contra homofobia, contra o racismo. A notícia nos arrancou violentamente dessa imaginação.

Marielle, nossa companheira, amiga da Maré e de ideais, nossa candidata, fora assassinada. Executada. Silenciada.

Foi uma rasteira, um tapa na cara. Fiquei paralisada pensando em tudo e nada ao mesmo tempo, e parecia durar uma eternidade. Quando li a notícia pra conferir se era verdade, parei, fiquei com um olhar perdido direcionado ao nada. No dia seguinte não conseguia fazer coisa alguma, parecia que cada reação que eu tivesse não faria sentindo algum. Chorei. Gritei de raiva. Tentei elaborar o que estava sentindo, mas, a cada palavra que eu dizia, apareciam imagens de sorrisos cínicos na mente. Os sorrisos cínicos que duvidam quando uma mulher negra está reivindicando algo; os sorrisos cínicos que dizem que defendemos bandidos e que favelado é cúmplice do tráfico.

Minha cabeça só pensava: “Cara, eles mataram ela! Eles calaram a Marielle porque não aguentavam mais ouvir aquela lésbica, preta, favelada gritando, ‘achando que é gente’ e falando no mesmo tom. Não aguentavam mais ver ela chegar com aquele ‘band’ de mulheres pretas, trans, entrando e saindo da Câmara Municipal com essa história de um mandato coletivo e representativo. Eles não aguentavam mais ver ela trabalhar, ver o desejo de mover as estruturas, andar pra cima e pra baixo na favela e no asfalto, rindo e falando alto e com o cabelo crespo cada vez mais pro alto. Era melhor parar ela por ali. Imagina só se ela ousasse voar mais alto?”

Na quinta-feira, eu não fiz nada. O estado de não reação durou o dia inteiro. Fiquei atordoada e com dor de cabeça. Não consegui ir ao ato na Cinelândia, tampouco no velório. Não dava pra mim, eu não conseguiria. Precisei entender o meu luto e respeitá-lo.

Na sexta comecei a sentir meu corpo voltando pro lugar, reagi. Ocupei lugares para falar da Marielle e de tudo o que ela representava para mim e para um monte de gente que estava enfim se vendo representada em todos aqueles incômodos que ela gerava.

A verdade é esta: a gente, mulher preta e favelada, incomoda, e sempre querem nos calar. Nunca foi fácil pra favela falar e todo mundo ouvir, mas a favela sempre falou. Nunca foi fácil pro preto continuar vivo, mas a gente sempre tentou. Quando a nossa reação vem, ela transcende, ultrapassa. E não é raiva, não é vingança, como talvez esperem. Nossa reação é luta, é igualdade que aprendemos com nossos ancestrais, com nossa espiritualidade e com o Orixá da justiça, Xangô.



ANDREZA JORGE FAVELADA DA MARÉ, FEMINISTA NEGRA, ESCRITORA E MESTRANDA EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. **RATÃO DINIZ** É FOTÓGRAFO FORMADO PELA ESCOLA DE FOTÓGRAFOS POPULARES DA MARÉ E QUE DOCUMENTA AS PERIFÉRIAS DO BRASIL.



Maternidade no cárcere



FLAVIO DUTRA/JU

O habeas corpus coletivo para mães de crianças de até 12 anos, gestantes e responsáveis por deficientes físicos, concedido recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), trouxe de volta às rodas de discussão o tema do encarceramento no Brasil. A decisão vai ao encontro de legislação de 2016 que já previa a possibilidade de prisão domiciliar para as detentas gestantes sem condenação e que não tenham cometido crimes violentos ou ameaçado testemunhas.

Entre os vieses da discussão, o olhar recai sobre os presos provisórios no Rio Grande do Sul, contingente que teve um acréscimo de 10 mil pessoas à sua população nos últimos três anos, chegando a 39 mil presos – entre estes estão 2.070 mulheres. Desse total de presos, 14 mil estão na condição de aprisionamento sem condenação. No caso específico das mulheres, a estimativa

é de que até 300 presas das duas principais cadeias femininas do estado – o Presídio Madre Pelletier e a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba – possam vir a ser favorecidas pelo habeas corpus coletivo do STF.

O argumento do Supremo é a proteção à criança, e não o benefício para as mulheres presidiárias. Já os detratores do habeas corpus coletivo ressaltam que a “obrigação” de manter em casa as gestantes ou mães é um incentivo à criminalidade. Além disso, utilizam o exemplo do Madre Pelletier, que tem uma unidade materno-infantil e uma sala de aleitamento para confirmar que existem condições mínimas de atendimento às crianças pequenas.

Conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), de 2014, a detenção de mulheres cresceu 567% em quinze anos, e a

principal razão é o comércio ilegal de drogas. Segundo a doutoranda em Ciência Política e agente do Presídio Estadual Madre Pelletier Nívea Carpes, as estatísticas mostram a mudança no perfil do tráfico de drogas e a seletividade nas detenções. “Aqui na cadeia fazemos oitivas sobre como se deu a prisão e frequentemente verificamos que as mulheres também são presas em situações arbitrárias, ainda que bem menos que os homens. Muitas vezes uma pessoa é detida quando outra era o alvo da polícia. O relato, em geral, é de que veio por ter alguma ligação com o perseguido. Também podemos nos questionar por que situações arbitrárias atingem menos as mulheres. Quando entra o policial dentro de casa, e o jovem é o levado para a cadeia, será que a mulher da residência não tem relação com o crime? É de se pensar sobre o tema”, sustenta.

Infância na cadeia

A maior parte das gestantes ou mães de bebês fica detida no Presídio Estadual Madre Pelletier. Localizado em um prédio projetado para ser um convento, na zona sul de Porto Alegre, a casa prisional tem as adaptações possíveis para o atendimento a crianças pequenas que ficam até um ano de idade sob os cuidados maternos e, posteriormente, têm de seguir para a casa de um parente ou para o acolhimento institucional, ou seja, um abrigo.

Na cadeia estão hoje oito gestantes e cinco bebês, que ficam na unidade materno-infantil. As mulheres podem se estabelecer no espaço a partir dos sete meses de gestação. Após a saída das crianças, elas precisam voltar para as galerias. Na unidade, há brinquedoteca, sala de amamentação, quartos para as detentas, produtos de higiene para bebês e muitas fraldas. As paredes são decoradas com bichinhos e representações de desenhos infantis. É um espaço de privação da liberdade que, por alguns meses, as detentas podem humanizar. Na unidade, elas também podem circular no pátio durante todo o dia – rotina muito diferente das presas que estão nas galerias e têm somente uma hora diária de sol.

Grávida do primeiro filho, faz cinco meses que Bruna* chegou à penitenciária em prisão provisória. Ré primária, com oito meses de gestação, a menina de 19 anos aguarda resposta ao pedido de prisão domiciliar. Ela e o companheiro foram presos após um flagrante feito pela Brigada Militar na residência de familiares onde estavam em um

final de semana. Os policiais encontraram 67 pedras de crack e algumas porções de maconha. “Não tem nem como dizer que não era tráfico. Era para vender, sim, mas não temos nenhuma ligação com facções. Fiz uma coisa errada e não vou fazer mais. Meus pais não me criaram para isso”, lamenta.

Bruna garante que estava cursando o último ano do ensino médio e tinha começado a fazer curso pré-vestibular no turno inverso. “Queria ser policial, acredita nisso? Agora não dá mais.” Ela tem esperança de voltar logo para casa a fim de cuidar da filha e da irmã que está por vir. “Minha mãe também precisa de mim. Meu desejo é sair daqui para cuidar delas, conseguir um emprego e terminar meus estudos. Não quero nunca mais passar perto de um presídio. É horrível”, desabafa.

Mesmo que o Madre Pelletier concentre majoritariamente presas provisórias, também há condenadas com longas penas a serem cumpridas. Vera* cumpre 16 anos em regime fechado por ter matado uma companheira de cela. Saiu da ala das condenadas para ter uma menina na unidade materno-infantil. Engravidou dentro da cadeia em visita íntima do companheiro que conheceu em uma saída escoltada do presídio para confecção de documentos. Enquanto a criança cresce rapidamente, ela se prepara para o momento em que terá de entregar a filha para familiares cuidarem.

A coordenadora da unidade materno-infantil e diretora substituta da penitenciária, Sabrina Varone Nunes, diz que a preparação

começa nos primeiros dias de vida dos bebês. “Um familiar indicado pela detenta vai se adaptando com a criança durante um dia da semana e paulatinamente vamos aumentando a frequência com que o bebê sai do presídio para ficar com os futuros responsáveis enquanto a mãe está presa. Mesmo com esse processo, não é nada fácil. Elas sofrem muito; várias têm que utilizar antidepressivos ou outros medicamentos para aguentar a distância dos filhos”, sustenta.

Solange*, que está presa por associação ao tráfico na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, tem uma filha de dois anos sob os cuidados do filho mais velho. A menina nasceu no presídio. “Sinto muita falta, mas prisão não é lugar de criança. Quando trazem ela na visita, começa a ficar agitada e pede para ir embora. Ela ficou um ano comigo. Foi muito bom, mas percebi que poderia ser ruim para ela quando me contaram que ficou encantada ao ver um passarinho e os cachorros na rua”, convence-se. Solange garante que não sabia dos negócios subterrâneos do marido. “Agora é ex, não pretendo reatar [com ele] quando estiver em liberdade. Só quero ver minha bebê crescer e voltar ao trabalho”, resume.

Prisão domiciliar – No Madre Pelletier, no máximo 80 mulheres poderão pleitear a prisão domiciliar com o auxílio da Defensoria Pública. Alguns pedidos, no entanto, já estão sendo negados pelos juízes de instrução do processo. A defensora pública Cíntia Luzzatto ressalta que os magistrados estão buscando

subterfúgios para negar o benefício. “Houve uma recusa recente de prisão em casa para uma detenta do Madre que responde por tráfico em pequena quantidade e é mãe de crianças de dois e cinco anos. O juiz justificou que a sentença será emitida em breve. Isso não é justificativa plausível”, dispara.

Cíntia destaca que a decisão do STF não tem tido o efeito esperado. “A estimativa era de que 10% das 4,5 mil presas provisoriamente poderiam cumprir pena em casa enquanto aguardam a sentença, mas, pelos resultados parciais no Rio Grande do Sul, vai ser bem difícil. Tenho dúvidas sobre a eficácia do habeas por conta do perfil dos juízes, mas como defensores públicos temos de levar a Brasília e recorrer”, ressalta.

Ela destaca que o habeas corpus emitido pelo STF repete o que já estava previsto no artigo 318 do Código de Processo Penal, mas poucas vezes vinha sendo aplicado aos pedidos de prisão domiciliar feitos pela Defensoria, com exceção para os juízes garantistas – aqueles que são comprometidos com os direitos fundamentais. A defensora ainda ressalta que, em muitos dos casos de prisão em flagrante, são ouvidas somente duas ou três testemunhas, o que inclui os policiais. “Não é uma crítica aos brigadianos, mas como eles vão lembrar-se de detalhes, considerando o número enorme de prisões que fazem diariamente? Muitas dessas detentas ficam um ano na cadeia sem condenação.”

*Os nomes das detentas foram alterados para proteger suas identidades.



Nesta página e ao lado, cenas do cotidiano na unidade materno-infantil do Presídio Estadual Madre Pelletier, em Porto Alegre

FLAVIO DUTRA/JU

A lógica da reclusão

Segundo dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), no universo de presidiários, 61,5% têm ensino fundamental incompleto, 12,9% completaram o ensino fundamental e 6,5% terminaram o ensino médio. Entre os presos com grau superior, a taxa cai para 0,4%. No estado, a maior parte dos presos se declara branca: 65%. Pretos e pardos são 33%.

Estudiosa das relações entre criminalidade e encarceramento, a doutoranda em Ciência Política Nívea Carpes critica o sistema penitenciário do Brasil. Ela ressalta que, mesmo que no estado os brancos sejam maioria no sistema, o que pode ser explicado pela colonização europeia, os dados socioeconômicos mostram muito a respeito de quem é preso. Em geral, jovens moradores de comunidades menos favorecidas. “Imagina-se que 95% das prisões sejam feitas pela Brigada Militar; em geral, em regiões de maior vulnerabilidade. Porém, os crimes não acontecem somente nesses locais. Assim, já temos um problema. Será que, nas áreas mais favorecidas, as pessoas também não estão traficando ou comprando enormes quantidades de armas e drogas?”, questiona.

Segundo ela, que é agente no Madre Pelletier e já trabalhou em

presídios masculinos do estado, a prisão fica restrita aos mais pobres, apesar de algumas exceções. “Acontece a toda hora de se prender pobre miserável por qualquer coisa. Essas pessoas estão enxergando a sociedade e veem crimes muito piores do que o delas sem punição. Elas veem todos os dias as reportagens a respeito de desvios de verbas de serviços públicos, da merenda escolar, de obras que caíram na mira da Lava Jato. Coisas que causam danos que não se comparam com o dano que elas cometeram. Por isso, é necessária a reflexão em torno do tipo de encarceramento.”

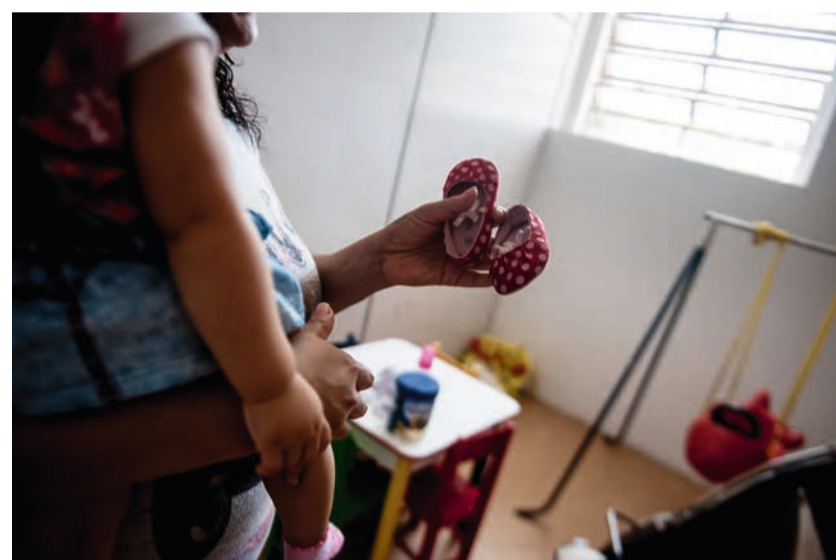
Nívea recorda de um caso de prisão ocorrida no ano passado no Litoral Norte. Uma jovem foi detida por roubar oito barras de chocolate de um supermercado de Tramandaí e levada para o Madre Pelletier. “O custo empregado para prender essa garota é exorbitantemente maior do que o valor das barras de chocolate. Somente a gasolina do deslocamento custa mais. Não é possível que situações como essa ainda aconteçam. É uma prática burra. Talvez seja muito mais didático socialmente se uma pessoa dessas tiver de pintar os muros de uma escola e puder ter uma conversa a respeito da responsabilidade e da importância dessa punição”, sugere.

Professora do Departamento de Sociologia da UFRGS, Rochele Fachineto considera que a lógica do encarceramento inicia ainda nas internações de jovens infratores. “Na unidade da Fundação de Apoio Socioeducativo (Fase), as meninas que reincidiam eram aquelas que tinham cometido crimes contra o patrimônio. Elas iam e voltavam muito. Já por crimes contra pessoas não havia reincidentes na Fase. Isso mostra uma vulnerabilidade social muito grande. Ou seja, elas retornam para as mesmas redes de crimes. As jovens que cometem roubo ou furto voltam a cometer o mesmo tipo de crime, porque quando elas saem da Fase não há alternativa de trabalho que leve à ressocialização e ao abandono da atividade criminal. O tráfico está na mesma esteira, lado a lado.”

O secretário da Segurança do estado, Cezar Schirmer, discorda de que exista seletividade nas prisões. Admite, porém, que os agentes que fazem o policiamento ostensivo possam ter diferentes entendimentos no momento do flagrante. “A orientação que damos à Brigada Militar é a de cumprir a lei. Haverá policial que considera determinado indivíduo traficante e outro que o toma apenas por usuário. Essa imprecisão da lei é que traz casos que podem ser contestados por diferentes partes”, explica.



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU



A Lei de Drogas

A legislação da qual fala Cezar Schirmer é a Lei das Drogas (11.343), que completa 12 anos em 2018. Para especialistas e entidades da sociedade civil, a norma resultou no aumento significativo da população carcerária brasileira desde que foi instituída. A grande novidade da matéria sancionada em 2006, substituindo a lei de 1976, foi a distinção entre usuários e traficantes de entorpecentes, o que ficou a cargo do juiz decidir. Um dos problemas da legislação é que não há uma definição sobre uma quantidade mínima que diferencie o consumidor do vendedor de drogas. Há, no entanto, o “tráfico privilegiado”. Isso significa que poderão ser reduzidas as penas de pequenos e eventuais traficantes que sejam réus primários e não se dediquem à atividade criminosa nem integrem facções.

O número de mulheres encarceradas mais do que dobrou no Brasil em uma década. Em 2004, havia 18.790 presas contra 42 mil em junho de 2016. O ritmo de crescimento foi maior do que a população carcerária masculina. Conforme os dados coletados para Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) dois anos antes, no período de 2000 a 2014, o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo

período, foi de 220,2%, mostrando, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres. Considerando toda a população carcerária do país, o tráfico responde por 27% das prisões. Quando se tomam apenas as mulheres, esse número sobe para 68%.

Corte supremo – Interrompida há mais de dois anos, a discussão sobre o tema da descriminalização do porte de drogas para uso pessoal aguarda retomada da pauta pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No início de março, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, pediu à ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, que coloque em pauta o processo de que trata o tema para que a corte possa estabelecer uma quantidade mínima que caracterize o porte de substâncias.

Para o ministro, é preciso um critério mais claro para diferenciar traficante de usuário. “Essa distinção precisa ter quantidade que separe um do outro. Como a lei não traz essa quantidade, fica muito difuso, fica ao arbítrio de cada juiz, de cada corte, de cada vara estabelecer quem é usuário”, disse após sair de um encontro com a ministra. Ainda não há prazo para que o assunto seja colocado em pauta no plenário. O processo, um recurso especial com repercussão

geral para todos os casos correlatos em tramitação na Justiça, coloca em discussão a constitucionalidade do artigo 28 da Lei das Drogas, que prevê penas para quem “adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo” drogas ilegais para consumo pessoal.

O julgamento encontra-se interrompido devido a um pedido de vista do ministro Teori Zavascki, antecessor de Alexandre de Moraes, que acabou herdando o processo. O placar atual é 3 votos a 0 a favor da descriminalização do porte de entorpecentes para consumo pessoal. Votaram até agora o relator, Gilmar Mendes, e os ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, único a propor uma quantidade máxima de 25 gramas para o porte de maconha, especificamente.

Dessa forma, o habeas corpus coletivo emitido pelo STF para mães e gestantes entra nesse processo relativo à definição do que caracteriza porte de drogas para consumo. A decisão dos ministros trata somente das prisões provisórias para crimes sem condenação. Como as mulheres são detidas em 63% dos casos por tráfico de drogas, crime que por si só não envolve violência, triagens nos presídios estão sendo realizadas para averiguar as possíveis beneficiadas com a medida.



Política de desencarceramento



ROCHEL ZANDAVALLI/SECOM

Cláudia Andreia faz planos para ficar perto de seus filhos depois que sair da Penitenciária Estadual de Guaíba

Não basta ser mãe, gestante ou responsável por deficiente para obter a prisão domiciliar, conforme explica a juíza da Vara de Execuções de Porto Alegre Patrícia Fraga Martins. “Quem vai liberar as mulheres são os juízes que emitiram os mandados de prisões preventivas. E, é claro, essas mulheres estão extremamente ansiosas para saber se poderão ir para casa cuidar dos filhos”, sustenta. A magistrada destaca que a decisão do STF não visa resguardar as mulheres detidas, mas garantir às crianças o acompanhamento das mães. “O encarceramento causa a ausência delas. Com essa decisão do STF, pretende-se garantir a infância.”

Assistente social do Madre Pelletier, Daiana Martil reforça que o Marco Legal da Primeira Infância e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dizem que as crianças com pais e mães na prisão precisam ser mais bem acompanhadas pela

rede de atendimento, mas isso não ocorre efetivamente. “Considero a decisão do STF muito importante. Trabalhávamos nisso desde 2016, quando houve a modificação do artigo 318 do Código de Processo Penal em relação às gestantes que cometeram crime sem gravidade. Conversamos com os promotores e entendemos que as assistentes sociais e as psicólogas deveriam subsidiar os juízes com relatórios a respeito das presas e, em vários casos, elas obtiveram prisão domiciliar. Em alguns casos houve negativa”, ressalta a mestrandia em Ciências Sociais.

Luciano Vaccaro, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública diz que o Ministério Público é frontalmente contra o habeas corpus. O promotor considera a medida arriscada. “É muito perigoso que uma mulher, pelo simples fato de ser gestante ou mãe de filho de até 12 anos, não possa ficar presa. Sabemos que as facções se utilizam

dos adolescentes para praticar crimes por que não dá nada e a legislação da infância e da juventude praticamente não pune: eles podem praticar crimes hediondos (atos infracionais) que vão ficar reclusos, no máximo, por três anos. É um incentivo à impunidade, portanto os criminosos têm não somente os adolescentes, mas também as mães, que podem ser levadas a se tornar linha de frente do crime organizado.”

O promotor ainda questiona como é possível alocar o flagrante na Lei das Drogas. “Como diferenciar posse e tráfico de entorpecentes? Como saber se um grama de cocaína será utilizado para consumo ou tráfico? Obviamente, ninguém será condenado à prisão somente por conta de posse, assim o habeas corpus do STF é desnecessário. Conforme a lei, ninguém ficará na prisão se for apenas usuário, mas é preciso averiguar o histórico”, ressalta.

O Rio Grande do Sul tinha, no início

de abril, 2.070 mulheres e 37 mil homens compoendo a população carcerária, conforme o mais recente levantamento da Susepe. Dentro do sistema carcerário gaúcho, pelo menos 300 detentas sem condenação têm filhos de até 12 anos. Assim como nas cadeias destinadas aos homens, o movimento de entra e sai nos presídios ou nas alas femininas também é constante, em especial no Madre Pelletier, em Porto Alegre, para onde são encaminhadas as presas provisórias. Já o diretor da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, Rogério Mota, teme pela superlotação. “Atualmente, temos uma situação bem controlada porque temos vagas sobrando. No entanto, vem crescendo a população da cadeia. O que não queremos é que se torne um ‘cadeião’ como é o Central. Hoje conseguimos controlar a situação, não há facções dominando o presídio, mesmo que algumas mulheres se autointitulem pertencentes a grupos criminosos”, sustenta.

Sem sede de vingança

O presídio de Guaíba tem capacidade para 412 detentas e, atualmente, abriga em média 350 presas. Cláudia Andreia é uma delas. Sentenciada à privação da liberdade por 17 anos, já cumpriu seis, tem bom comportamento e faz parte de uma das alas que não causa adversidade no presídio: a das trabalhadoras. Ela foi condenada por mandar matar o marido; o matador, porém, assumiu a culpa. “As pessoas não conhecem os fatos concretos e já nos condenam. O juiz se baseou em suposições, o que me incriminou foi a Lei Maria da Penha. O cara que matou assumiu a pena, mesmo assim não adiantou, porque o doutor de toga acha que eu seria a única interessada na morte dele”, diz.

Nos braços, ela carrega cicatrizes de

queimaduras provocadas pelo ex-companheiro. Em uma das muitas brigas dentro de casa, ela foi atingida por água fervente. Ele era alcoólatra e usuário de drogas, segundo a detenta. “Tudo era motivo para briga e agressões. Tive medo pela vida da minha filha quando fiquei grávida e pelo meu filho mais velho. Ele dizia que iria matá-lo.”

O filho de 25 anos cuida da irmã de oito. Cláudia ainda não conhece a neta de três anos: “Somente por fotos, porque prisão não é lugar para criança”, resume. Cozinha de mão cheia, ela trabalha na cantina da penitenciária desde que foi detida. Dessa forma, a cada três dias de trabalho, um de prisão é compensado. Desde novembro, aguarda a progressão de regime para o semiaberto. “Não vejo a hora de sair daqui,

mas preciso aguardar auxílio do defensor público, que tem boa vontade, mas é um só para tanta demanda no presídio”, explica.

Na cadeia, Cláudia assegura que buscou nas amizades e na religião a força para suportar a privação da liberdade e a falta que sente dos filhos, em especial da pequena. Agora faz planos para a saída do cárcere:

“Futuramente, quero fazer um curso de gastronomia e abrir uma lancheria. Só quero trabalhar e cuidar da minha filha.”

Sobre o fim do marido, ela nega que tenha merecido. “Ninguém merece morrer tão jovem. Apesar do terror de lembrar-me de tudo o que ele fez comigo, ele tem mãe, né? Nenhuma mãe merece uma dor dessas.”

Para quem quiser conhecer mais sobre o universo de mulheres na prisão:

- *Prisioneiras*, do médico Drauzio Varella. O livro editado pela Companhia das Letras e lançado em 2017 é o terceiro da trilogia sobre o cárcere.
- *Presos que menstruam*, da jornalista Nana Gouveia. Editada pela Record em 2015, a publicação traz relatos sobre a vida dentro da prisão e a falta de condições nas penitenciárias.